



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

Entre a legalidade e a impunidade: o Projeto Rio Formoso como Zona de Sacrifício no Tocantins

Between Legality and Impunity: The Rio Formoso Project as a Sacrifice Zone in Tocantins, Brazil

Nilton Marques

Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – UNIOESTE, Toledo - PR, Brasil. Professor Associado do PGDR/UFT, Pesquisador do CESPE/UNIFAP

[E-mail: niltonmarques@uft.edu.br](mailto:niltonmarques@uft.edu.br)

1 INTRODUÇÃO

O conceito de Zona de Sacrifício (ZS) descreve territórios onde a produção de riqueza ocorre à custa de perdas ambientais e sociais concentradas, frequentemente invisibilizadas sob o discurso do progresso (Acselrad, 2004; Zhouri & Laschefski, 2010; Schlosberg, 2013). No Tocantins, o Projeto Rio Formoso se consolidou como um caso paradigmático. Concebido durante a ditadura militar como polo de agricultura irrigada, o empreendimento converteu-se em espaço de disputa pelo acesso à terra e à água, de tensões entre usos produtivos e conservação ambiental, e de reconfigurações demográficas que afetaram povos indígenas e comunidades tradicionais. Instalado em 1979, o projeto marcou a inserção de Formoso do Araguaia na fronteira agrícola do Cerrado brasileiro, inaugurando o modelo agroexportador que hoje caracteriza o MATOPIBA. Com cerca de 27.787 hectares irrigados, representa o maior perímetro contínuo de irrigação da América Latina (IBGE, 2019; IAC, 2024). No entanto, seu desenvolvimento baseou-se na exploração intensiva de recursos naturais e na apropriação desigual dos benefícios econômicos, tornando-se símbolo de um modelo excludente e insustentável. O presente trabalho tem por objetivo analisar o Projeto Rio Formoso como Zona de Sacrifício no médio Araguaia, identificando seus impactos ambientais, as formas de apropriação legal da terra e da água, e as alternativas possíveis de justiça ambiental e territorial.

O estudo se justifica pela relevância do Projeto Rio Formoso enquanto expressão das contradições entre desenvolvimento e desigualdade socioambiental no Cerrado brasileiro. Desde sua implantação, o projeto mobiliza capitais nacionais e estrangeiros, com apoio direto do Estado, mas impõe custos severos às comunidades locais, revelando um padrão de acumulação por espoliação (Harvey, 2005; Gudynas, 2011). Os objetivos específicos são: i) compreender como o Estado e o capital privado articularam-se para a implementação do projeto; ii) identificar os mecanismos legais que permitiram a exploração e a impunidade ambiental; iii) analisar os impactos socioambientais sobre comunidades indígenas e posseiros; e iv) discutir estratégias alternativas de desenvolvimento e adaptação territorial.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A análise parte de três referenciais complementares: a ecologia política, a justiça ambiental e o desenvolvimento regional crítico. A ecologia política permite compreender como as disputas pelo uso e controle dos recursos naturais expressam relações de poder e formas de dominação (Robbins, 2019). Já a justiça ambiental evidencia a distribuição desigual de riscos e benefícios, a falta de reconhecimento dos grupos vulneráveis e a seletividade na aplicação da lei (Acselrad, 2004; Schlosberg, 2013). Por fim, o enfoque regional-crítico discute o papel do Estado e do capital transnacional na reorganização dos territórios, sobretudo em economias periféricas (Gudynas, 2011; Bebbington e Bebbington, 2018). No caso do Tocantins, o agronegócio irrigado integra o movimento de expansão do capital no Cerrado, reproduzindo a dependência externa e o padrão primário-exportador. Como destaca Souza (2013), a



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

lógica da acumulação por despossessão envolve a transferência de riqueza ambiental e territorial das comunidades locais para circuitos globais de *commodities*.

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo estudo de caso, baseado em análise documental e revisão bibliográfica. Foram examinados relatórios técnicos (SEPLAN, SRHMA-TO, IAC), dissertações, artigos científicos e registros institucionais referentes ao Projeto Rio Formoso. O estudo articula dados sobre estrutura fundiária, uso da água, impactos ambientais e conflitos sociais. A análise foi organizada em quatro dimensões: i) Exposição — intensidade das pressões ambientais e produtivas; ii) Sensibilidade — vulnerabilidade ecológica e social; iii) Capacidade adaptativa — recursos disponíveis e agência das comunidades; e iv) Governança — instrumentos legais e efetividade institucional. Essas categorias foram integradas em uma matriz analítica para identificar o grau de sacrifício territorial.

4. DISCUSSÃO

4.1 O Estado e a legalidade da exploração

O Projeto Rio Formoso nasceu sob forte intervenção estatal. Concebido no âmbito do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), o Estado desempenhou papel central na desapropriação de terras, na construção de infraestrutura e na criação de cooperativas que posteriormente foram apropriadas por elites políticas (Barbosa, 1996; Leite, 2021). A legalidade, longe de se constituir em mecanismo de justiça, foi historicamente mobilizada para legitimar a expropriação dos territórios e a invisibilização de seus habitantes (Zhourri & Laschefski, 2010, p. 87). O aparato legal, portanto, serviu como instrumento de exclusão, viabilizando a alienação de terras públicas e a outorga de recursos hídricos sem controle efetivo. A impunidade emerge tanto pela convivência institucional quanto pela captura do Estado por interesses privados.

4.2 Capital estrangeiro e poder territorial

A partir dos anos 2000, o território do médio Araguaia integrou-se aos circuitos globais do agronegócio, com presença de empresas transnacionais e fundos de investimento vinculados à soja, arroz e milho (Arrighi, 2008; Harvey, 2011). A entrada desse capital intensificou a estrangeirização das terras e a dependência financeira, consolidando o que Harvey (2005) denomina de “acumulação por despossessão”. As elites locais e os grupos estrangeiros formaram alianças híbridas que controlam o território e marginalizam as comunidades indígenas Javaé e Krahô-Kanela (Rodrigues e Cabral, 2013; Silva, 2015). Esse arranjo reforça o caráter de ZS, em que os ganhos econômicos são concentrados e os danos, socializados.

4.3 Impactos socioambientais e injustiça ecológica

A irrigação intensiva, a contaminação por agrotóxicos e o desmatamento do Cerrado provocaram uma série de desequilíbrios ecológicos. A vazão do Rio Formoso foi reduzida em até 60% durante períodos de estiagem, e há registros de mortandade de peixes e salinização do solo (Santos, 2019; Silva, 2015). “O avanço do agronegócio na região confinou comunidades indígenas e reduziu drasticamente suas fontes de subsistência, comprometendo a soberania alimentar e o equilíbrio cultural” (Santos, 2019, p. 72). A desigualdade na distribuição dos impactos é evidente: grandes produtores se beneficiam da infraestrutura de irrigação, enquanto populações tradicionais enfrentam escassez hídrica e exclusão territorial.



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

4.4 Relações territoriais e resistências locais

A relação entre produtores e comunidades locais é marcada por assimetrias. Pequenos agricultores tornaram-se arrendatários ou dependentes das grandes fazendas, enquanto indígenas e posseiros enfrentam pressões e criminalização (Cavalcante, 2023). Movimentos sociais e organizações, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2022), têm denunciado as violações e articulado ações judiciais e campanhas públicas. Entretanto, prevalece o que Carvalho (2020) define como “impunidade estrutural”, em que os mecanismos legais e judiciais falham em coibir as violações. Apesar disso, emergem práticas alternativas, como a agroecologia, o turismo de base comunitária e o fortalecimento da agricultura familiar (Portela, Nogueira e Silva, 2024), que indicam caminhos de resistência e reconstrução territorial.

4.5 Estratégias de futuro

O enfrentamento da condição de ZS exige políticas de reparação socioambiental, fortalecimento da hidrogovernança multiescalar, diversificação produtiva e reconhecimento dos direitos territoriais dos povos tradicionais. Entre as propostas destacam-se: criação de zonas de amortecimento e recuperação de áreas degradadas; incentivos à agroecologia e à economia local; monitoramento participativo da água e da saúde; e políticas redistributivas como o ICMS Ecológico (Silva e Grácio, 2020). Essas medidas podem converter o Projeto Rio Formoso de um polo de exclusão em um território de adaptação sustentável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Rio Formoso constitui um caso emblemático de Zona de Sacrifício no Cerrado brasileiro. Seu modelo de desenvolvimento, baseado na grande irrigação e na monocultura de commodities, reforça desigualdades e fragiliza ecossistemas. O Estado, em vez de mediador neutro, foi agente da expropriação, utilizando a legalidade para legitimar práticas de espoliação e tolerar a impunidade. A inserção do projeto nas cadeias globais de *commodities* evidencia a subordinação da economia regional a interesses externos, enquanto as comunidades indígenas e camponesas permanecem sacrificadas. No entanto, as resistências locais demonstram que há caminhos possíveis para a transição territorial, desde que baseados em justiça ambiental, governança participativa e diversificação produtiva.

AGRADECIMENTOS: CNPq- PGDR/UFT, Centro de Estudo sobre Sustentabilidade, Populações Tradicionais e Educação na Amazônia – CESPE – UNIFAP/UFT

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias discursivas.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the twenty-first century.** London: Verso, 2008.

BARBOSA, J. L. **Conflitos sociais na fronteira amazônica: o Projeto Rio Formoso: contradições e conflitos.** Goiânia: Editora UFG, 1996.

BEBBINGTON, Debbie; BEBBINGTON, Anthony. **Extraction, territory and inequalities: gas in the Bolivian Chaco.** *The Extractive Industries and Society*, v. 5, n. 2, 2018.



RECALCULANDO A ROTA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

CARVALHO, Isabel C. M. **Violência e criminalização de defensores de direitos humanos no campo brasileiro.** *Caderno CRH*, v. 33, 2020.

CAVALCANTE, Raphael. **Conflitos e resistências no Cerrado tocantinense.** Palmas: EDUFT, 2023.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Relatório de violência contra povos indígenas no Brasil.** Brasília, 2022.

FERNANDES, Bernardo M. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza.** Montevideo: CLAES, 2011.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa agrícola municipal: produção agrícola 2018.** Rio de Janeiro, 2019.

IAC – Instituto de Atenção às Cidades. **Relatório técnico sobre desenvolvimento regional no Tocantins.** Palmas: UFT, 2024.

LEITE, Sérgio P. **Colonização agrícola e desenvolvimento do cerrado: o caso do Tocantins.** *Revista Territórios*, v. 43, 2021.

PORTELA, José; NOGUEIRA, Sebastião Júnior; SILVA, Antônio R. **Agronegócio e comunidades tradicionais no Tocantins.** Goiânia: Editora UFG, 2024.

ROBBINS, Paul. **Political ecology: a critical introduction.** 3. ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2019.

RODRIGUES, Raimunda; CABRAL, Luís. Desenvolvimento agrícola e exclusão social: o caso do Projeto Rio Formoso. *In: I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial, Londrina, PR, Anais[...]* Londrina: UEL, 2013.

SANTOS, André A. **Os índios Krahô e a expansão do agronegócio no nordeste do Tocantins.** Dissertação (Mestrado) – UFT, Palmas, 2019.

SILVA, A. J. R. **Sensoriamento remoto como subsídio para a gestão agrícola: estudo de caso do Projeto de Irrigação Rio Formoso, Formoso do Araguaia – TO.** Dissertação (Mestrado Profissional) – IFG, 2015.

SILVA, Alexandre P.; SAUER, Sérgio. **Conflitos socioambientais e justiça territorial no Cerrado brasileiro.** Brasília: Editora UnB, 2024.



RECALCULANDO A ROTA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

SILVA, Raimundo P.; GRÁCIO, Helenira R. **O modelo de desenvolvimento do Tocantins e o povo Akwẽ-Xerente: impactos socioambientais e desafios da interculturalidade.** *PRACS*, v. 13, n. 2, 2020.

SOUZA, José G. **A questão indígena: acumulação por espoliação e monopolização do território.** *Prima Facie*, v. 12, n. 22, 2013.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.